

## **INFLUÊNCIA DAS DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO EM ESCOLHAS CONTÁBEIS CONSERVADORAS E OPORTUNISTAS**

**ALINI DA SILVA**

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)

alinicont@gmail.com

**LEONARDO BERNARDI ROHENKOHL**

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)

leo\_pigos@hotmail.com

**PAULO ROBERTO DA CUNHA**

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)

pauloccsa@furb.br

# INFLUÊNCIA DAS DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO EM ESCOLHAS CONTÁBEIS CONSERVADORAS E OPORTUNISTAS

## 1 INTRODUÇÃO

Em meio a escândalos corporativos que ocasionaram descontinuidade de grandes corporações, e também de empresas de auditoria, devido a fraudes contábeis ou erros de controles internos, nos EUA, criou-se em 2002, a Lei Sarbanes Oxley (SOX). A Lei SOX por meio das seções 302 e 304 implantou novas regras e procedimentos quanto ao controle interno, exigindo que as empresas demonstrem em relatórios a serem divulgados, a eficácia dos controles internos (Ge & Mcvay, 2005; Zhang, Zhou & Zhou, 2007).

A partir desse cenário normatizado pela SOX, segundo Zhang et al. (2007), a auditoria da empresa deve fornecer uma avaliação sobre os relatórios dos controles internos, atestando sua eficácia e apontando as deficiências de controle. A premissa fundamental da SOX em relação aos controles internos é de que quanto maior a sua eficácia, maior será o benefício significativo para os usuários das informações da empresa, principalmente para investidores, diminuindo assim as distorções das informações financeiras e tornando-as mais confiáveis (Ashbaugh-Skaife, Collins, Kinney Jr. & Lafond, 2008).

Quando os controles internos não possuem eficácia, então podem apresentar algumas deficiências de controle, ou seja, falhas no desenho ou na implementação de uma atividade de controle, os quais podem comprometer as operações da empresa, bem como as informações contábeis a serem divulgadas aos usuários externos (Bryan & Lilien, 2005). De acordo com Hogan e Wilkins (2008) as deficiências de controle interno e uma contabilidade de “má qualidade” possuem grande relação, visto que os relatórios financeiros são gerados como um produto da gestão. No tocante à gestão da empresa, se os controles proferidos por ela não forem robustos e eficientes, então poderão reportar em relatórios com desconformidade de princípios contábeis aceitos.

Em relação aos princípios contábeis, têm-se práticas conservadoras e oportunistas que podem ser adotadas pelos gestores da empresa, em que práticas conservadoras remetem a utilização da convenção de conservadorismo contábil e práticas oportunistas remetem a não observância da característica qualitativa da informação contábil de representação fidedigna. O conservadorismo contábil refere-se à utilização de escolhas contábeis que reportem subavaliação de ativos e receitas, bem como superavaliação de passivos e despesas, a fim de não reportarem informações contábeis excessivamente otimistas (Basu, 1997).

A característica representação fidedigna, segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis 00 (CPC 00, 2011) faz menção às informações contábeis representarem com fidedignidade o fenômeno que se propõe evidenciar, em que a informação deve ser completa, neutra e livre de erro e principalmente desprovida de viés de seleção. Por tal motivo, a não conformidade à característica de representação fidedigna pode se associar com a prática de gerenciamento de resultados, que é ocasionado por vieses oportunistas de gestores para mascarar resultados, reportando informações não completas e neutras.

A existência de fraca estrutura de controles internos cria situações oportunas para os agentes gerenciarem resultados (Chan, Farrel & Lee, 2005). Situações oportunas de gerenciamento de resultados podem ocasionar deficiências nos controles internos, sendo que também a complexidade e eficácia deste controle poderiam auxiliar na diminuição de práticas oportunas, impactando também nos níveis de conservadorismo, tempestividade e relevância (Almeida, 2010).

Neste sentido, estudos publicados em periódicos internacionais têm investigado a relação entre deficiências de controle interno e a utilização do conservadorismo contábil ou da prática de gerenciamento de resultados, a fim de observar se determinadas escolhas contábeis estão mais ou menos presentes quando há deficiências de controle interno (Doyle, Ge &

McVay, 2007; Ashbaugh-Skaife et al., 2008; Goh & Li, 2011; Ji; Lu & Qu, 2016). No estudo de Doyle et al. (2007) os autores analisaram a relação entre a qualidade dos controles internos e a qualidade dos lucros, sob a ótica do gerenciamento de resultados, no período de 2002 a 2005 em empresas dos EUA.

Ashbaugh-Skaife et al. (2008) observaram se a presença de deficiências de controle interno acarretou em informações financeiras menos confiáveis, sob as *proxys* de qualidade do lucro e conservadorismo condicional, em empresas dos EUA, no período de 2003 a 2005. Goh e Li (2011) analisaram a relação entre os controles internos e o conservadorismo condicional em empresas que divulgaram fraquezas materiais nos controles de acordo com a SOX, no período de 2000 a 2005. E, Ji et al. (2016) investigaram o impacto das deficiências do controle interno no conservadorismo contábil em empresas chinesas, no período de 2010 a 2011.

Observa-se nos estudos internacionais supracitados, que foi constatada a relação entre deficiências de controle interno e determinadas práticas contábeis, como conservadorismo contábil e gerenciamento de resultados, em empresas dos EUA e chinesas, o que oportuniza a realização da análise de tais fenômenos em empresas brasileiras. Deste modo, tem-se como problema de pesquisa: qual a influência das deficiências de controle interno em escolhas contábeis conservadoras e oportunistas? A fim de auxiliar na resolução desta problemática, tem-se como objetivo de pesquisa analisar a influência das deficiências de controle interno em escolhas contábeis conservadoras e oportunistas.

A presente pesquisa possui como justificativa a análise de deficiências de controle interno e práticas contábeis em cenário nacional, visto que a maioria dos estudos (Doyle et al., 2007, Ashbaugh-Skaife et al., 2008, Jiang, Rupley & Wu, 2010, Goh & Li, 2011) concentram-se em análise de empresas dos EUA, as quais possuem obrigatoriedade, de acordo com a *Securities and Exchange Commission* (SEC), de divulgar relatórios sobre as deficiências de controle interno, o que oportuniza tais pesquisas pela disponibilidade de informações. Entretanto, no cenário nacional como as empresas listadas em bolsa não necessitam divulgar informações sobre as deficiências de controle interno ou eficácia do controle interno, acaba por gerar como consequência a incipiência de estudos nesta temática, pela dificuldade de identificação e mensuração das deficiências de controle interno.

Movido por esta necessidade de se avaliar as deficiências de controle interno em pesquisas nacionais, Teixeira (2015) desenvolveu uma metodologia de identificação de deficiências de controle interno de empresas brasileiras, por meio da análise de conteúdo dos relatórios empresariais. O autor observou os determinantes e consequentes das deficiências de controle interno, não observando a relação entre as deficiências de controle com práticas contábeis, o que torna relevante a realização do presente estudo.

Ainda, de acordo com Goh e Li (2011) descobertas acerca da relação entre deficiências do controle interno com práticas contábeis estende a literatura acerca dos efeitos de controles fortes e fracos em empresas. Parte-se do pressuposto de que a contabilidade possui qualidade, quando os controles são eficazes e rígidos o suficiente para que as normas e princípios contábeis sejam atendidos pela empresa. Ainda, o presente estudo investiga a relação entre estes fenômenos em um cenário institucional único em relação às pesquisas anteriores, o que pode contribuir com evidências empíricas sobre a possibilidade de implantação de um quadro regulamentar, por organismos de regulação, sobre o controle interno em empresas brasileiras. Tal contribuição sobre quadro regulamentar também foi observada por Ji et al. (2016), os quais observaram tais fenômenos em empresas chinesas, que também não possuíam obrigatoriedade de divulgação das deficiências de controle interno.

## 2 DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria Independente 265 – Deficiências de Controle interno (NBC-TA 265, 2009) nas avaliações de risco, o auditor considera o controle interno da empresa auditada para planejar os procedimentos apropriados para circunstâncias de risco, demonstrando assim sua opinião sobre o controle interno da empresa, podendo então nesse momento, e também em outros ao transcorrer do processo de auditoria, identificar deficiências de controle interno. Porém, no relatório de auditoria não é obrigatória a emissão de parecer quanto a eficiência de controle interno. As deficiências de controle ocorrem quando este é planejado, implementado ou operado de tal maneira que não há possibilidade de prevenção, detecção ou correção oportuna de quaisquer distorções nos demonstrativos contábeis, bem quando há falta de um controle necessário para prevenir, detectar ou corrigir tempestivamente distorções (NBC-TA 265, 2009; Epps & Guthrie, 2010).

Ainda, segundo a NBC-TA 265 (2009), as deficiências de controle interno são todas as condições problemáticas encontradas pelos auditores que são relevantes a ponto de merecer a atenção dos profissionais responsáveis pela governança da empresa. No geral, um eficiente controle interno leva a registros contábeis mais fidedignos e úteis, bem como reduzem as distorções intencionais e não intencionais nas demonstrações financeiras externas. Por outro lado, um controle interno deficiente cria interferências e/ou vieses de uma forma negativa, afetando assim a qualidade dos relatórios de contabilidade interna e externa (Ashbaugh-Skaife et al., 2008; Ji et al., 2016).

Quanto aos tipos de deficiências que podem ser encontradas nos controles internos das empresas, tem-se as deficiências significativas ou fraquezas materiais. Uma deficiência significativa afeta negativamente a capacidade que a empresa tem de iniciar, autorizar, processar ou relatar dados financeiros externos de forma confiável, em conformidade com o que é geralmente aceito pelos princípios de contabilidade (Epps & Guthrie, 2010). Existem certos indicativos para considerar esses tipos de deficiências como significativas, como a probabilidade que elas provoquem relevantes distorções nas demonstrações contábeis, e a possibilidade de o resultado possibilitar perda ou fraude (PCAOB, 2007).

Quanto à fraqueza material, no controle interno, é definida como resultante de uma deficiência significativa ou combinação de deficiências significativas, que resulta em mais do que uma remota probabilidade das demonstrações financeiras anuais ou intermédias não detectarem (Epps & Guthrie, 2010). As fraquezas materiais são mais propensas a resultar em distorções relevantes nas demonstrações contábeis do que as deficiências significativas, sendo que em ambos os casos a atenção da administração é necessária para corrigir tais falhas no sistema de controles internos (Teixeira, 2015).

A significância de problemas nos controles internos ou de uma combinação de deficiências não depende apenas dos fatos que os distorcem, mas também da probabilidade do motivo para essa distorção (NBC-TA 265, 2009). A deficiência de controle interno, por si só, pode não ser suficientemente importante para constituir uma deficiência significativa, contudo, a combinação destas, que afetam o mesmo saldo contábil, as mesmas divulgações, a mesma afirmação relevante ou o mesmo componente do controle interno, pode aumentar os riscos de distorção a ponto de dar origem a uma deficiência significativa (NBC-TA 265, 2009).

Assim, de acordo com os autores supracitados, as deficiências de controle interno são classificadas entre deficiências significativas ou fraquezas materiais, e podem ocorrer em consequência de diferentes fatores, podendo ser fonte de desconhecimento, erro ou fraude. Sob essa perspectiva, pode-se localizar na literatura relações entre as deficiências de controle com práticas contábeis, como o conservadorismo ou o gerenciamento de resultados, estendendo assim a literatura para pressupostos que a qualidade da contabilidade está diretamente ligada a controles internos eficazes (Goh & Li, 2011).

## 2.1 Relação entre Deficiências de Controle Interno e Escolhas Contábeis Conservadoras e Oportunistas

Uma escolha contábil refere-se à decisão de uma alternativa, dentre várias, de mensuração ou divulgação contábil, com o objetivo de influenciar o sistema de contabilidade e a saída de informação em relatórios e demonstrações financeiras publicadas (Fields, Lys & Vincent, 2001). As escolhas de contabilidade envolvem um conjunto diversificado de atividades, que podem afetar os números contábeis, em que as escolhas que merecem maior atenção referem-se àquelas que possuem impacto direto no lucro ou fluxo de caixa das empresas (Francis, 2001). Ainda, segundo Fields et al. (2001), uma das escolhas contábeis refere-se à prática de gerenciamento de resultados, ocasionado por comportamento oportunista do gestor, entretanto esta não é a única, havendo outras formas.

Somado a isto, de acordo com Watts e Zimmerman (1990) as escolhas contábeis podem ser separadas em *ex ante* e *ex post*, em que escolhas contábeis do tipo *ex ante* são previstas em contratos, com o intuito de o gestor realizar escolhas contábeis eficientes, já as escolhas contábeis do tipo *ex post* são caracterizadas como oportunistas, em que o agente realiza escolhas contábeis oportunistas com o intuito de reportar algum benefício à empresa ou a seu próprio benefício.

Neste sentido, na literatura não se observa uma separação formalizada e/ou padronizada de escolhas contábeis, sendo *ex ante* ou *ex post*, ou seja, escolhas contábeis sendo realizadas para trazer eficiência para a empresa e escolhas contábeis sendo realizadas para reportar em benefícios privados a empresa ou ao agente. Isto ocorre, pois o que torna uma escolha contábil *ex ante* e *ex post* é a motivação para a realização de tal comportamento, sendo que esta motivação ou incentivo pode variar de empresa para a empresa, sendo estes argumentos pautados por Watts e Zimmerman (1990).

Entretanto, há alguns achados empíricos, que contribuem para a identificação de uma escolha contábil ser *ex ante* ou *ex post*, ou seja, ser uma escolha contábil que pode melhorar a qualidade da informação contábil ou quando esta escolha pode prejudicar a informação contábil. De acordo com Hu, Li e Zhang (2014) a informação contábil apresenta maior qualidade quando estas são mais conservadoras e de acordo com Jones (1991) possui menor qualidade quando estas são oportunistas pela ótica do gerenciamento de resultados.

Em relação ao conservadorismo contábil, segundo Basu (1997), este se refere à escolha contábil de reconhecimento assimétrico de perdas e ganhos econômicos, sendo que gerentes possuem incentivos para divulgar voluntariamente más notícias e suprimir boas notícias sobre a empresa, com o intuito de não reportar informações contábeis mais otimistas do que realmente são. Ainda, para Hu et al. (2014), escolhas conservadoras podem ser observadas quando há reconhecimento de perdas no resultado desde que prováveis e também quando há o adiamento do reconhecimento de ganhos até que sejam verificáveis. Para FASB (1980), o conservadorismo contábil é uma escolha prudente que tenta garantir que incertezas e riscos dos negócios das empresas estejam reportados em relatórios, pela escolha menos otimista de determinado fato contábil.

Por outro lado, quanto ao gerenciamento de resultados, têm-se evidências de que este surge de escolhas contábeis oportunistas dos gestores, que pode aumentar a assimetria da informação e prejudicar a qualidade da informação contábil. O oportunismo provém de uma escolha contábil irrestrita, onde são transmitidas informações para o benefício da empresa ou do próprio gestor. Por exemplo, os gestores podem escolher métodos de contabilidade específicos para o aumento do preço das ações em determinados períodos em benefício de ações que ele mesmo possui, ou então podem ser motivadas por uma avaliação objetiva dos acionistas para que o preço da ação aumente (Fields et al., 2001).

Na prática, não há como distinguir entre as duas situações (conservadorismo e gerenciamento de resultados), mas é a presença dessas irregularidades e incertezas que faz com que o estudo de escolhas contábeis seja importante. Com a ocorrência de escândalos corporativos envolvendo a Enron e outras organizações, teve-se maior percepção de que o gerenciamento de resultados é utilizado de forma oportunista por gestores para garantir seus próprios benefícios particulares, não observando os benefícios dos acionistas (Jiraporn, Miller, Yoon & Kim, 2008).

Com base no exposto pelos autores supracitados, pode-se inferir que as escolhas contábeis podem ser eficientes para promover a qualidade da informação contábil e diminuição da assimetria da informação, mas também podem ser oportunistas, com o objetivo de mascarar resultados com o intuito de trazer benefícios particulares, sem observar os interesses dos usuários da informação. Neste sentido, surge o contexto de escolhas contábeis conservadoras e oportunistas, sendo que a primeira prima por reportar informações menos otimistas aos usuários para reportar riscos e incertezas dos negócios a estes, e por outro lado, a segunda escolha (oportunista), observada principalmente pelo gerenciamento de resultados, possui o objetivo de mascarar resultados a fim de trazer benefícios particulares, sem a preocupação dos interesses dos usuários da informação.

Com base, nestas inferências, estudos são realizados com o objetivo de identificar em quais contextos internos das empresas que surgem de forma mais relevante escolhas contábeis conservadoras ou oportunistas, sendo que quando o controle interno não apresenta deficiências, a tendência é a diminuição do gerenciamento de resultados e o aumento de escolhas conservadoras.

Doyle et al. (2007) analisaram a relação entre a qualidade dos controles internos e a qualidade dos lucros, sob a ótica de gerenciamento de resultados, no período de 2002 a 2005 em empresas dos EUA. Como resultados observaram que empresas com controle interno fraco possuem menor qualidade de lucros. Ashbaugh-Skaife et al. (2008) observaram se a presença de deficiências de controle interno acarretou em informações financeiras menos confiáveis, sob as *proxys* de qualidade do lucro e conservadorismo condicional, em empresas dos EUA, no período de 2003 a 2005. Os achados deste estudo demonstraram que após a divulgação das deficiências de controle interno pelas empresas e quando estas conseguiram corrigir os problemas de controle apontados pela auditoria, adotaram práticas mais conservadoras e cautelosas, bem como demonstraram menores variações em contas como provisões, que são passíveis de gerenciamento de resultados.

Goh e Li (2011) analisaram a relação entre os controles internos e o conservadorismo condicional em empresas que divulgaram fraquezas materiais nos controles de acordo com a SOX, no período de 2000 a 2005. Os resultados demonstraram que empresas que apresentaram fraquezas materiais nos controles internos tiveram conservadorismo contábil inferior do que as que não possuíam tais fraquezas.

Ji et al. (2016) investigaram o impacto das deficiências do controle interno no conservadorismo contábil em empresas chinesas, no período de 2010 a 2011. Os achados evidenciaram que as deficiências de controle interno impactaram negativamente no conservadorismo contábil, ou seja, empresas que possuem maiores fraquezas em seus controles possuem menores escolhas contábeis conservadoras.

Em decorrência de se ter resultados ainda preliminares e contraditórios sobre a influência de deficiência de controle interno em práticas oportunistas e conservadoras, apresenta-se como hipóteses de pesquisa somente a relação significativa entre estes fenômenos, não destacando sinais positivos ou negativos esperados, uma vez, que esta relação ainda se encontra incipiente. Desta forma, apresenta-se a Hipótese 1 e 2, que demonstram influência significativa das deficiências de controle interno em práticas conservadoras e oportunistas.

H1: as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil conservadora adotada por empresas brasileiras.

H2: as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras.

H2a: as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras para aumentar o resultado.

H2b: as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras para diminuir o resultado.

Caso se confirme estas hipóteses, poder-se-á demonstrar que o ambiente interno da empresa, sendo fraco (em relação a contas específicas, demonstrações contábeis, subsidiárias, tecnologia, alta administração, litígios e geral, segundo Teixeira (2015)) pode propiciar determinadas práticas realizadas pelos gestores, demonstrando a importância do controle interno da empresa para com a qualidade da informação contábil. Delimitou-se a Hipótese 2, em sub hipóteses, visto que o gerenciamento de resultados pode ser realizado tanto para aumentar os lucros, quanto para diminuí-lo, podendo apresentar relação diferenciada com as deficiências de controle interno.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa configura-se como documental, descritiva e quantitativa. A população do estudo correspondeu às empresas listadas na Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa). A amostra correspondeu a informações de 67 empresas no ano de 2010, de 69 empresas no ano de 2011, de 63 empresas no ano de 2012, de 64 empresas no ano de 2013, de 69 empresas no ano de 2014 e de 77 empresas no ano de 2015, resultando assim em um total amostral de 115 empresas com informações não balanceadas, as quais possuíam informações válidas em todas as variáveis analisadas e em todo o período analisado.

A amostra restringiu-se as empresas listadas na bolsa que possuíam comitê de auditoria em cada ano analisado, bem como se possuía as informações necessárias para a análise dos dados. O período de análise compreendeu os anos de 2010 a 2015, visto que anteriormente a 2010 nem todas as empresas possuíam formulários de referência, incapacitando a pesquisa. A amostra restringiu-se a empresas que somente possuíam comitê de auditoria, pois de acordo com a SOX, a função do controle interno é de responsabilidade do comitê de auditoria nas empresas.

Para a coleta de informações de escolhas contábeis oportunistas e conservadoras utilizou-se da base de dados Econômica. Já a coleta de dados para as informações de deficiências de controle interno foi baseada na metodologia de Teixeira (2015), em que para isto foi necessária à análise de conteúdo de relatórios das empresas. Apresenta-se, a seguir, em quadros a operacionalização das variáveis de oportunismo e conservadorismo contábil, bem como das deficiências de controle interno.

As variáveis dependentes, dos modelos principais de análise, são compostas por duas variáveis, tais como: escolha contábil conservadora, oportunizada pelo modelo de conservadorismo contábil de Banker, Basu, Byzalov & Chen, (2016) e escolha contábil oportunista, oportunizada pelo modelo de Jones Modificado (Dechow, Sloan & Sweeney (1995). Apresenta-se nas próximas equações, os modelos de Banker et al. (2016) e o de Jones Modificado de Dechow et al. (1995).

#### (1) Modelo de Banker et al. (2016)

$$LPA_{it}/P_{it-1} = \beta_0 + \beta_1 R_{it} + \beta_2 D_{it} + \beta_3 D_{it} * R_{it} + \beta_4 DS_{it} + \beta_5 \Delta S_{it}/P_{it-1} + \beta_6 DS_{it} X \Delta S_{it}/P_{it-1} v_{it}$$

Em que:

$LPA_{it}$  : denota o resultado contábil do exercício (lucro/prejuízo) por ação da empresa  $i$  no ano  $t$ ;

$P_{it-1}$  : denota o preço da ação da empresa  $i$  no ano  $t-1$ ;

$R_{it}$  : denota o retorno logaritimizado da ação da empresa  $i$  no ano  $t$ ;

$D_{it}$  : denota variável *dummy* que assume 1 quando o retorno da ação da empresa  $i$  no ano  $t$  é negativo e assume valor 0 quando o retorno da ação da empresa  $i$  no ano  $t$  é positivo;

$D_{it} * R_{it}$  : denota a diferença entre o impacto dos retornos positivos e negativos. Conservadorismo implica que este coeficiente é positivo, porque uma má notícia (retorno negativo) será refletida no lucro em maior medida do que uma boa notícia (retorno positivo).

$DS_{it}$ : denota uma variável *dummy* que é igual a um se há queda de vendas do ano  $t-1$  para o ano  $t$  e zero caso contrário.

$\Delta S_{it}/P_{it-1}$ : denota uma mudança de vendas em relação ao ano  $t-1$  ao ano  $t$ , (variação das vendas) que é dimensionada (dividido) pelo valor de mercado das ações (preço das ações) no início do ano fiscal.

$DS_{it} * \Delta S_{it}/P_{it-1}$ : Multiplicação entre as variáveis  $DS_{it}$  e  $\Delta S_{it}/P_{it-1}$ .

O modelo mais usado na literatura para o conservadorismo é o modelo de Basu (1997). Contudo, de acordo com Banker et al. (2016) este modelo possui um nível de erro de 25%, causado pela assimetria dos custos causado pelas variações de vendas, variável esta que não é considerada no modelo. Desta forma, utilizou-se nesta pesquisa o modelo de Banker et al. (2016), que pode ser considerado uma evolução do modelo de Basu (1997) para captar o conservadorismo contábil, visto que esse modelo corrige esse problema. Com base na equação 1, pode-se observar o nível de conservadorismo contábil por empresas (coeficiente do  $\beta_3$ ), ao se observar este modelo por empresa e por ano, em que para isto, se utilizou de informações trimestrais.

Em seguida apresentam-se os cálculos para o gerenciamento de resultados das empresas, com dados anuais. Para se observar o gerenciamento de resultados pelo modelo de Jones Modificado, de acordo com Paulo (2007), necessita-se inicialmente rodar o modelo original de Jones (1991) para se observar algumas informações e após realizar novos testes para então se observar a prática oportunista pelo modelo de Jones Modificado. Estimou-se o modelo de gerenciamento de resultados de Jones (1991), o qual pode ser observado de acordo com a equação 2.

(2)

$$TA_{it} = \alpha \left( \frac{1}{A_{t-1}} \right) + \beta_1 (\Delta R_{it}) + \beta_2 (PPE_{it}) + v_{it}$$

Rodou-se este modelo para as empresas no período analisado, para se observar os coeficientes estimados  $\alpha$ ,  $\beta_1$  e  $\beta_2$  gerados pelo modelo Jones (1991). Estes coeficientes estimados são necessários para se fazer a combinação com as variáveis do modelo de Jones Modificado, o qual é o de interesse de análise da presente pesquisa, para assim estimar os *accruals* não discricionários (ou seja, os dados que não são passíveis de gerenciamento de resultados). Tal procedimento foi recomendado por Paulo (2007), como já mencionado. Deste modo, estimou-se a terceira equação, a qual é necessária para se verificar os *accruals* não discricionários e a mesma foi calculada a partir da soma das variáveis (nesta etapa não houve análise de regressão linear).

(3)

$$NDA_{it} = \alpha \left( \frac{1}{A_{t-1}} \right) + \beta_1 (\Delta R_{it} - \Delta CR_{it}) + \beta_2 (PPE_{it})$$

Para o cálculo desta equação foi necessária à multiplicação do  $\alpha$ ,  $\beta_1$  e  $\beta_2$  observadas no modelo Jones (1991) com as variáveis do Modelo Jones Modificado conforme demonstrado na equação 3, no qual ao final somou-se os valores das variáveis, resultando no

valor de *accruals* não discricionários de cada empresa. Logo, conforme Dechow et al, (1995) para se estimar os *accruals* discricionários, os quais são os dados passíveis de gerenciamento de resultados, tem-se a Equação 4:

$$AD_{it} = TA_{it} - NDA_{it} \quad (4)$$

Em que:

$AD_{it}$  = *accruals* discricionários da empresa no período  $t$ ;

$TA_{it}$  = *accruals* totais da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$NDA_{it}$  = *accruals* não discricionários da empresa  $i$  no período  $t$ ;

Com base nos *accruals* não discricionários das empresas observados pelo Modelo Jones Modificado diminuiu-se dos *accruals* totais, o qual é observado pela diminuição do lucro líquido com o fluxo de caixa operacional, obtendo-se ao final o valor de *accruals* discricionários, passíveis de gerenciamento de resultados de cada empresa analisada, o qual servirá como variável dependente, assim como o conservadorismo contábil, nas próximas equações.

Deste modo, com base nas informações das equações de conservadorismo contábil e de gerenciamento de resultados, utilizou-se estas como variáveis dependentes em modelos, e como variável independente de teste o nível de deficiência de controle interno. Para a estimação das deficiências de controle interno das empresas apresenta-se no Quadro 1 como foi realizada a operacionalização da coleta de dados, em que local foram coletadas as informações e quais informações foram analisadas.

**Quadro 1 - Constructo das variáveis para a construção do Índice de Deficiência de Controle Interno (IDCI)**

Variáveis	Descrição	Origem dos Dados	Operacionalização
Conta Específica (DCI_CE)	Operações com regulamentação complexa; Transações não rotineiras e sistemáticas; Transações internacionais da administração; Incerteza de mensuração; Mensurações contábeis complexas.	BM&FBovespa: FR 10.6 – Controles Internos; BM&FBovespa: DFP – Pareceres e Declarações; CVM: ofício de refazimento.	Análise de conteúdo nos relatórios, reportando em 1 = incidência de DCI e 0 = não incidência de DCI.
Demonstrações Contábeis (DCI_DC)	Instrumentos Financeiros não registrados; Pessoal da área contábil; Histórico de erros passados; Normas contábeis; Distorções Contábeis Futuras.	BM&FBovespa: FR 10.6 – Controles Internos; BM&FBovespa: DFP – Pareceres e Declarações; CVM: ofício de refazimento.	Análise de conteúdo nos relatórios, reportando em 1 = incidência de DCI e 0 = não incidência de DCI.
Subsidiárias (DCI_SB)	Controle compartilhado; Transações com partes relacionadas; Aquisições e reorganizações; Vendas ou probabilidades de vendas.	BM&FBovespa: FR 10.6 – Controles Internos; BM&FBovespa: DFP – Pareceres e Declarações; CVM: ofício de refazimento.	Análise de conteúdo nos relatórios, reportando em 1 = incidência de DCI e 0 = não incidência de DCI.
Tecnologia (DCI_TI)	Incompatibilidade de TI e negócios; Mudança de ambiente de TI; Novos sistemas TI.	BM&FBovespa: FR 10.6 – Controles Internos.	Análise de conteúdo nos relatórios, reportando em 1 = incidência de DCI e 0 = não incidência de DCI.
Alta Administração (DCI_AA)	Operações instáveis e voláteis; Continuidade dos negócios e liquidez; Mudanças atividades,	BM&FBovespa: FR 10.6 – Controles Internos.	Análise de conteúdo nos relatórios, reportando em 1 =

	produtos e outros; Mudanças e/ou expansão de locais; Mudanças na alta administração.		incidência de DCI e 0 = não incidência de DCI.
Litígios (DCI_LT)	Órgãos reguladores e governamentais; Obrigações contingentes.	BM&FBovespa: FR 10.6 – Controles Internos; BM&FBovespa: DFP – Pareceres e Declarações; CVM: ofício de refazimento.	Análise de conteúdo nos relatórios, reportando em 1 = incidência de DCI e 0 = não incidência de DCI.
Geral (DCI_GG)	Monitoramento geral; Revisão ou implantação SCI; Segregação de Funções; Reconciliações Contábeis; Deficiências, erros e fraudes.	BM&FBovespa: FR 10.6 – Controles Internos; BM&FBovespa: DFP – Pareceres e Declarações; CVM: ofício de refazimento.	Análise de conteúdo nos relatórios, reportando em 1 = incidência de DCI e 0 = não incidência de DCI.

Fonte: Adaptado de Teixeira (2015).

Por meio da análise de conteúdo nos relatórios constantes no Quadro 1, pode-se identificar as deficiências de controle interno e classificá-las de acordo com as dimensões de deficiências, sendo que quando a empresa possuía determinada deficiência atribuiu-se 1, caso contrário atribuiu-se 0. Depois desta identificação de deficiências, aplicou-se o método entropia da informação aos dados com exponencial para se observar o nível de informação de cada dimensão (variável) e por fim multiplicou-se este nível (de todas as empresas e da variável) pelas informações de deficiências de cada empresa. Ao final, somaram-se todas as dimensões (variáveis) de deficiências de controle interno a fim de gerar um único indicador (IDCI) com o nível por empresa de deficiências de controle.

A entropia da informação, de acordo com Zeleny (1982) gera o peso da informação, que é uma medida de importância relativa, relacionada com a quantidade de informação. Quanto mais distintos e diferenciados forem os escores, maior será a soma da informação decisória. Apresenta-se no Quadro 2 o índice formado de deficiência de controle interno (IDCI) o qual se apresenta como variável independente de teste, bem como as variáveis dependentes de oportunismo e conservadorismo, além das variáveis independentes de controle.

**Quadro 2 - Constructo da pesquisa**

Variável	Descrição	Origem dos Dados	Autores
<b>Variáveis Dependentes</b>			
CN (escolha contábil conservadora)	Demonstra o nível de conservadorismo contábil das empresas.	Coefficiente $\beta_3$ do modelo de Banker et al. (2016)	Banker et al. (2016)
GR (escolha contábil oportunista)	Demonstra o nível de gerenciamento de resultados das empresas.	Oriundo do modelo de Jones Modificado (Dechow et al., 1995)	Dechow et al. (1995)
<b>Variável Independente de Teste</b>			
Índice de Deficiência de Controle interno (IDCI)	Índice formado a partir das variáveis (Quadro2): DCI_CE; DCI_DC; DCI_SB; DCI_TI; DCI_AA; DCI_LT; DCI_GG. O índice varia de 10 a 0, sendo que mais próximo de 10 representa deficiências com controle interno.	Dados das variáveis de deficiências de controle interno.	Teixeira (2015)
<b>Variáveis Independentes de Controle</b>			
Tipo de empresa de auditoria	Empresas que são auditadas por <i>Big Four</i> = 1; empresas que não	BM&FBovespa: FR 2.1/2 – Identificação e	Krishnan (2005); Ge & Mcvay (2005).

(BIGFOUR)	são auditadas por <i>Big Four</i> = 0.	Remuneração Auditores Independentes.	
Tamanho da empresa (LASSET)	Logaritmo natural do total de ativos das empresas.	Economática	Krishnan (2005)
Rentabilidade do Ativo (ROA)	Fração entre lucro líquido e ativo total.	Economática	Ge & Mcvay (2005)

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com as variáveis constantes no Quadro 2, observa-se o nível de escolha contábil conservadora (CN), bem como o nível de escolha contábil oportunista (GR), as quais se apresentam nos modelos principais de análise como variáveis dependentes, sendo que a variável independente de teste para os dois modelos é o índice de deficiência de controle interno (IDCI). Quanto as variáveis de controle, tem-se o tipo de empresa de auditoria (BIGFOUR), pois empresas auditadas por empresas *Big Four*, segundo a literatura, apresentam propensão a terem melhores auditorias, impactando assim nas escolhas contábeis (Krishnan, 2005); tamanho da empresa (LASSET), pois segundo Beasley, Carcello, Hermanson e Lapidés (2000) o tamanho da empresa está negativamente relacionada com os níveis de fraude; e rentabilidade do ativo (ROA), que pode impactar em níveis diferenciados de qualidade da informação contábil (Ge & Mcvay, 2005). Apresenta-se nas equações 5 e 6, os modelos principais de análise.

$$CN_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDCI_{it} + \beta_2 BIGFOUR_{it} + \beta_3 LASSET_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

$$GR_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDCI_{it} + \beta_2 BIGFOUR_{it} + \beta_3 LASSET_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \varepsilon_{it} \quad (6)$$

$$GRP_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDCI_{it} + \beta_2 BIGFOUR_{it} + \beta_3 LASSET_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \varepsilon_{it} \quad (6a)$$

$$GRN_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDCI_{it} + \beta_2 BIGFOUR_{it} + \beta_3 LASSET_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \varepsilon_{it} \quad (6b)$$

As equações 5 e 6, possuem o objetivo de observar se diferentes níveis de conservadorismo contábil ou práticas conservadoras dos gestores (5) e o nível de gerenciamento de resultados ou práticas oportunistas (6) possuem relação com diferentes níveis de deficientes de controle interno (IDCI). Na equação 6 de gerenciamento de resultados, além de observar a influência das deficiências de controle interno e variáveis de controle no GR total das empresas, delimitou-se novas sub equações a partir desta, em que se separou o GR para aumentar o resultado (GRP) e o GR para diminuir o resultado (GRN). Para a análise dos dados utilizou-se de testes estatísticos tais como: estatística descritiva, regressão linear múltipla para a identificação do nível de gerenciamento de resultados e conservadorismo contábil, por meio do *software* SPSS e regressão de dados em painel por meio do *software* STATA, o qual foi necessário para a análise das equações 5 e 6.

#### 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresenta-se nesta seção a análise e descrição dos resultados. Inicialmente na Tabela 1 demonstra-se a análise descritiva das variáveis.

**Tabela 1- Análise descritiva das variáveis**

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio- Padrão
CN	-8,360	6,446	-0,255	1,547
GR	-0,944	0,419	-0,050	0,182
IDCI	0,000	5,864	0,250	0,565
BIGFOUR	0,000	1,000	0,961	0,194

LASSETAT	10,808	21,086	16,067	1,746
ROA	-41,400	51,800	3,957	8,129

Legenda: CN - escolha contábil conservadora; GR - escolha contábil oportunista; IDCI - Índice de Deficiência de Controle interno; BIGFOUR - Tipo de empresa de auditoria; LASSET - Tamanho da empresa; ROA - Rentabilidade do Ativo.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 1 observa-se que a média das empresas foi de não apresentar como escolha contábil o conservadorismo contábil (CN), visto que demonstraram média de -0,255, sendo que de acordo com o modelo de Banker et al. (2016), para se ter conservadorismo tem-se que ter o coeficiente com o sinal positivo. Em relação ao gerenciamento de resultados (GR) observou-se que a maioria das empresas realizaram tal prática para reduzir o resultado, ao contrário de aumentá-lo. De acordo com Watts e Zimmerman (1990) ao realizar escolha contábil para reduzir o resultado, a empresa pode estar pensando no custo político, de pagar menos impostos devido ao seu porte e receita, sendo que pela amostra se tratar de empresas listadas em bolsa de valores, isto por si só já concede maior visibilidade das empresas ao governo. Desta forma, realizam escolhas para diminuir o resultado, para chamar menos atenção, e neutralizar a possibilidade de pagamento de novos tributos, quando apresentarem elevado tamanho.

Quanto ao índice de deficiência de controle interno (IDCI) observa-se que há algumas empresas analisadas que possuem comitê de auditoria e não possuem nenhuma deficiência de controle divulgada, demonstrando a eficiência do comitê de auditoria na limitação de tais problemas. Por outro lado há empresas com elevado nível de deficiência de controle interno (5,864). Em relação a variável de *Big Four*, por esta variável ser dicotômica de 0 para empresas auditadas por empresas não *Big Four* e 1 para empresas sendo auditadas por *Big Four*, devido a média ser mais próximo de 1, associa-se que a maioria das empresas são auditadas por *Big Four*, sendo este resultado já esperado devido as características das empresas adotadas na pesquisa.

Quanto ao tamanho da empresa, esta variável apresenta-se normalizada. Já quanto a rentabilidade do ativo, observa-se que a maioria das empresas possuem rentabilidade positiva em relação ao ativo total da empresa. Entretanto, algumas não estão conseguindo ter retorno de seus ativos (-41,40) e outras estão conseguindo gerar lucro 50% a mais em relação aos valores investidos em ativos. Apresenta-se na Tabela 2 o resumo do modelo 5, o qual tem por intuito medir a influência das deficiências de controle interno no conservadorismo contábil.

**Tabela 2 - Influência da Deficiência de Controle Interno e Variáveis de Controle no Nível de Conservadorismo Contábil – Efeito aleatório**

Variáveis	Coefic.	Sig.
IDCI	0,1407291	0,295
BIGFOUR	0,2260049	0,585
LASSET	-0,1171777	0,028
ROA	-0,0044824	0,666
_Constante	1,397471	0,150
R Within	0,0001	
R Between	0,0466	
R Overall	0,0317	
Teste F	0,1397	
LM de Breusch-Pagan	0,000*	
Teste de Chow	0,000*	
Teste de Hausman	0,1909	
N	409	

Legenda: IDCI - Índice de Deficiência de Controle interno; BIGFOUR - Tipo de empresa de auditoria; LASSET - Tamanho da empresa; ROA - Rentabilidade do Ativo. \* Significativo a 5%.

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com os testes de LM de Breusch-Pagan, Chow e Hausman utilizou-se do efeito aleatório para a análise dos dados. Entretanto, de acordo com o teste F de significância do modelo, constatou-se que este não se demonstrou significativo, inferindo-se que tanto as deficiências de controle interno, quanto as variáveis de controle *Big Four*, tamanho da empresa e rentabilidade do ativo não influenciaram os gestores nas empresas analisadas que possuem comitê de auditoria a terem práticas diferenciadas de conservadorismo contábil. Este resultado pode estar atrelado também devido há poucas empresas (conforme Tabela 1) realizaram o conservadorismo contábil. Desta forma, percebe-se que dentre as práticas contábeis adotadas pelos gestores das empresas listadas em bolsa que possuem comitê de auditoria, a maioria não realiza o conservadorismo contábil, e também se infere que tendo deficiências de controle interno, o comitê não recomenda os gestores a serem mais conservadores no reconhecimento de suas operações contábeis. Na Tabela 3 apresenta-se o resumo dos modelos 6, 6a e 6b.

**Tabela 3 – Influência da Deficiência de Controle Interno e Variáveis de Controle no Nível de Gerenciamento de Resultados**

Variáveis	Equação 6 - POLS		Equação 6a P – FIXO		Equação 6b N – FIXO	
	Coefic.	Sig.	Coefic.	Sig.	Coefic.	Sig.
IDCI	-0,0264665	0,102	-0,003665	0,750	0,0961388	0,005*
BIGFOUR	0,0420177	0,369	0,02581	0,401	0,2642884	0,076***
LASSET	-0,0034697	0,518	-0,0280623	0,097***	0,0012566	0,975
ROA	-0,0017067	0,136	-0,0054968	0,000*	-0,0001979	0,969
_Constante	-0,0214616	0,832	0,5046312	0,068	-0,1526577	0,822
R Within	-		0,2324		0,0805	
R Between	-		0,0407		0,0720	
R Overall	-		0,0631		0,0031	
R-squared	0,0131		-		-	
Teste F	0,2535		0,0001*		0,0277*	
LM de Breusch-Pagan	1,0000		0,1534		1,0000	
Teste de Chow	0,9163		0,0129*		0,6682	
Teste de Hausman	0,4763		0,0001*		0,0208	
N	409		187		222	

Legenda: IDCI - Índice de Deficiência de Controle interno; BIGFOUR - Tipo de empresa de auditoria; LASSET - Tamanho da empresa; ROA - Rentabilidade do Ativo.

\* Significativo a 1%; \*\* Significativo a 5%; \*\*\* Significativo a 10%.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quanto aos resultados constantes na Tabela 3, observa-se que para a equação 6 aplicou-se o efeito POLS e para as equações 6a e 6b o efeito fixo, devido aos resultados dos testes de Chow, LM de Breusch-Pagan e Hausman. A equação 6 não se demonstrou significativa, o que demonstra que as deficiências de controle interno, o tipo de empresa de auditoria, o tamanho da empresa e a rentabilidade do ativo não impactaram em níveis diferenciados da prática de gerenciamento de resultados (sem separar em *accruals* positivos e negativos) nas empresas analisadas que possuem comitê de auditoria.

Quanto aos resultados da equação 6a, observou-se significância do modelo, o que demonstra que as variáveis testadas explicaram níveis diferenciados da escolha contábil para aumentar o resultado. Em relação as variáveis significativas, constatou-se que o tamanho da empresa e a rentabilidade do ativo impactaram na diminuição da prática de gerenciamento de resultados. Este resultado evidencia que empresas que possuem grande porte e alta rentabilidade do ativo, gerenciam menos o resultado para aumentar estes lucros. Este resultado vai ao encontro ao preconizado pela hipótese do custo político de Watts e

Zimmerman (1990), em que grandes empresas e com alta lucratividade ou rentabilidade a fim de evitar custo político de novos impostos, por terem valores elevados, acabam adotando escolhas contábeis para diminuir o resultado, e evitar custos políticos. Observou-se neste modelo que as deficiências de controle interno não impactaram em escolhas contábeis diferenciadas para aumentar o resultado.

Em relação aos resultados da equação 6b, observou-se também significância do modelo, demonstrando que as variáveis testadas influenciaram em diferentes níveis de gerenciamento para diminuir o resultado. Nesta equação, constatou-se que as deficiências de controle interno apresentaram influência significativa para o aumento do nível de gerenciamento de resultados para diminuir o resultado, ou seja, empresas que possuem deficiência no controle tendem a gerenciar mais para diminuir o resultado. Além disso, constatou-se que empresas auditadas por *Big Four* também tiveram maior gerenciamento para diminuir o resultado, sendo que este resultado se revela como inusitado, uma vez que este tipo de empresa de auditoria tende a estar associado com a diminuição do nível de gerenciamento de resultados, para melhorar a qualidade da informação contábil, desta forma, sugere-se em estudos futuros um maior aprofundamento de tal relação.

De maneira geral, constatou-se que as deficiências de controle interno não apresentaram influência significativa para níveis diferenciados de escolhas conservadoras, sendo que este resultado rejeita a hipótese 1 “as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil conservadora adotada por empresas brasileiras”. A relação entre as deficiências de controle interno e o nível de escolhas contábeis oportunistas (sem considerar *accruals* positivos ou negativos) não apresentou-se significativa, bem como não impactou significativamente nos *accruals* para aumentar o resultado da empresa, rejeitando-se, desta forma, as hipóteses 2 “as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras” e 2a “as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras para aumentar o resultado”.

Por outro lado, observou-se que as deficiências de controle interno impactaram significativamente para o aumento do nível de gerenciamento de resultados, quando este fora para diminuir os lucros, aceitando a hipótese 2b “as deficiências de controle interno apresentam influência significativa com o nível de escolha contábil oportunista adotada por empresas brasileiras para diminuir o resultado” Estes resultados revelam, de acordo com Doyle et al. (2007), que empresas com controle interno fraco possuem menor qualidade de lucros, devido ao maior gerenciamento de resultados. Somado a isto, Ashbaugh-Skaife et al. (2008) destacam que quando as empresas conseguem corrigir os problemas de controle apontados pela auditoria, então tendem a adotar práticas mais conservadoras e cautelosas, bem como demonstrar menores variações em contas como provisões, que são passíveis de gerenciamento de resultados. Desta forma, a observância cuidadosa das deficiências de controle interno pela auditoria se faz importante, sobretudo em que a divulgação das deficiências do controle interno não é obrigatória, para então recomendar práticas mais cautelosas e diminuição do gerenciamento de resultados.

Quanto a relação não significativa entre o conservadorismo contábil e as deficiências e controle interno, este resultado vai de encontro ao observado por Goh e Li (2011), os quais constaram que empresas que apresentaram fraquezas materiais nos controles internos tiveram conservadorismo contábil inferior do que as que não possuíam tais fraquezas. Assim, como observado por Ji et al. (2016), que verificaram que as deficiências de controle interno impactaram em menores escolhas contábeis conservadoras.

Além disso, constatou-se que as variáveis de controle tamanho da empresa e rentabilidade do ativo impactaram para diminuir o nível de gerenciamento de resultados,

sendo que este resultado vai ao encontro a hipótese de custo político, sendo que empresas que chamam atenção no mercado (pelo tamanho e lucratividade) tendem a realizar escolhas contábeis para diminuir o resultado, evitando novos tributos. Além disso, surpreendeu-se com o achado de que empresas que são auditadas por *Big Four* tendem a gerenciar mais o resultado para diminuir este, necessitando de maiores estudos afim de observar esta relação, visto que, se refere a somente empresas que possuem comitê de auditoria.

## CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a influência das deficiências de controle interno em escolhas contábeis conservadoras e oportunistas. A amostra correspondeu a 115 empresas com dados não balanceados no período de 2010 a 2015, as quais possuíam comitê de auditoria, bem como as demais informações necessárias para a análise. A análise principal foi realizada com base em regressão de dados em painel, por meio do *software* STATA.

Os resultados demonstraram que a maioria das empresas analisadas que possuem comitê de auditoria não demonstrou a escolha contábil conservadorismo, devido ao coeficiente negativo, sendo que de acordo com Banker et al. (2016), para se ter esta escolha contábil o coeficiente deve-se demonstrar positivo. Este resultado pode estar atrelado ao fato de que após o período de 2010, devido à utilização das IFRS no cenário de empresas brasileiras, recomendou-se a característica qualitativa de neutralidade para as informações contábeis, o que pode ter impactado na redução do conservadorismo adotado por estas empresas. Quanto à escolha contábil de GR, observou-se que a maioria das empresas realizou a prática oportunista para diminuir o resultado. Deste modo, em relação a estes achados, constatou-se que as empresas analisadas de forma geral, realizaram escolhas contábeis conservadoras e oportunistas, entretanto, em maior grau realizaram o gerenciamento de resultados, ou seja, utilizaram de escolhas oportunistas *ex post*, ao contrário de eficientes *ex ante*, conforme classificação de Watts e Zimmerman (1990).

Quanto aos resultados da regressão de dados em painel, constatou-se que as deficiências de controle interno e as variáveis de controle não influenciaram em práticas diferenciadas de conservadorismo contábil. Desta forma, infere-se que as empresas analisadas quando apresentaram ambiente interno com problemas não adotaram de forma diferenciada o conservadorismo contábil, além do que, o tamanho da empresa, rentabilidade do ativo, bem como auditoria realizada por *Big Four* não impactaram na escolha contábil conservadora. Este resultado pode estar atrelado à baixa adoção das empresas a escolha conservadora das informações contábeis. Com base neste achado, rejeitou-se a hipótese 1.

Já em relação ao nível de GR, observou-se que quando a prática é para aumentar os lucros, teve-se impacto do tamanho da empresa e rentabilidade do ativo. Este resultado pode indicar que as empresas a fim de evitar custos políticos de novos tributos devido ao seu porte e alta rentabilidade realizam escolhas contábeis com o intuito de diminuir o lucro (Watts & Zimmerman, 1990). Também, constatou-se que empresas que gerenciam o resultado para aumentá-lo não tiveram influência de controles internos fracos e com deficiência.

Já em relação ao gerenciamento para diminuir o resultado, observou-se influência significativa das deficiências de controle interno. Ou seja, as empresas analisadas que possuíam comitê de auditoria e problemas em seus controles, apresentaram em maior grau a prática oportunista para reduzir o resultado. Desta forma, com base nestes achados de gerenciamento de resultados, teve-se a rejeição das hipóteses 2 e 2a, e aceitação da hipótese 2b. Além disso, em relação ainda ao gerenciamento para diminuir o resultado, constatou-se que este foi aumentado em empresas auditadas por *Big Four*, o que se sugere maior investigação em estudos futuros, da qualidade da informação contábil quanto ao GR em empresas que possuem comitê de auditoria e são auditadas por *Big Four*.

Com base nestes achados, constatou-se que as deficiências de controle interno se associam a uma contabilidade de pouca qualidade, pelo aumento da prática oportunista dos gestores. A existência de fraca estrutura de controles internos cria situações oportunas para os agentes gerenciarem resultados (Chan et al., 2005; Goh & Li, 2011).

Deste modo, recomenda-se maior atenção por parte de órgãos reguladores, no sentido de criar metodologias mais robustas e eficientes de divulgação das deficiências de controle, visto que a falta de evidenciação das DCIs pode comprometer a qualidade da informação contábil e gerar assimetria informacional entre os diferentes *stakeholders* atrelados a organização. Ainda, a divulgação das deficiências de controles internos para os diferentes usuários da informação contábil, por consequência poderá gerar maior pressão as empresas para a correção destes, o que propiciará maior qualidade das informações contábeis.

Como sugestão de pesquisas futuras recomenda-se a análise exploratória da influência de firmas de auditoria *Big Four* na qualidade da informação contábil em empresas que possuem comitê de auditoria, a fim de avançar com o achado referente da presente pesquisa. Ainda, recomenda-se em estudos futuros a análise de escolhas contábeis e deficiências de controle interno em empresas que não possuem comitê de auditoria, a fim de trazer um contraponto a presente pesquisa. Como limitação do estudo tem-se a utilização de somente um modelo de conservadorismo e gerenciamento de resultados para a análise, uma vez que caso se utilizasse outros modelos, os resultados podem se demonstrar diferentes. Dessa forma, recomenda-se em estudos futuros a utilização de outros modelos para a análise dos fenômenos apresentados e expansão dos achados.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, J.E.F. (2010). *Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos*. 2010. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Ashbaugh-Skaife, H., Collins, D. W., Kinney Jr, W. R., & LaFond, R. (2008). The effect of SOX internal control deficiencies and their remediation on accrual quality. *The Accounting Review*, 83(1), 217-250.
- Banker, R. D., Basu, S., Byzalov, D., & Chen, J. Y. (2016). The confounding effect of cost stickiness on conservatism estimates. *Journal of Accounting and Economics*, 61(1), 203-220.
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings 1. *Journal of accounting and economics*, 24(1), 3-37.
- Beasley, M. S., Carcello, J. V., Hermanson, D. R., & Lapedes, P. D. (2000). Fraudulent financial reporting: Consideration of industry traits and corporate governance mechanisms. *Accounting Horizons*, 14(4), 441-454.
- Bryan, S. H., & Lilien, S. B. (2005). *Characteristics of firms with material weaknesses in internal control: An assessment of Section 404 of Sarbanes Oxley*. Recuperado em 01 fevereiro de 2017: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=682363](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=682363)
- Chan, K. C., Farrell, B. R., & Lee, P. (2005). *Earnings management and return-earnings association of firms reporting material internal control weaknesses under Section 404 of the Sarbanes-Oxley Act*. Recuperado em 01 de fevereiro de 2017: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=744806](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=744806)
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011) - *Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Recuperado em: [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting review*, 193-225.
- Doyle, J. T., Ge, W., & McVay, S. (2007). Accruals quality and internal control over financial reporting. *The Accounting Review*, 82(5), 1141-1170.

- Epps, R. W., & Guthrie, C. P. (2010). Sarbanes-Oxley 404 material weaknesses and discretionary accruals. *In Accounting Forum*, 34 (2), 67-75.
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of accounting and economics*, 31(1), 255-307.
- Financial Accounting Standards Board (FASB). *Statement of Financial Accounting Concepts* No. 2, Qualitative characteristics of accounting information. Norwalk, CT: FASB, 1980.
- Francis, J. (2001). Discussion of empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1), 309-319.
- Ge, W., & McVay, S. (2005). The disclosure of material weaknesses in internal control after the Sarbanes-Oxley Act. *Accounting Horizons*, 19(3), 137-158.
- Goh, B. W., & Li, D. (2011). Internal controls and conditional conservatism. *The Accounting Review*, 86(3), 975-1005.
- Hogan, C. E., & Wilkins, M. S. (2008). Evidence on the audit risk model: Do auditors increase audit fees in the presence of internal control deficiencies?. *Contemporary Accounting Research*, 25(1), 219-242.
- Hu, J., Li, A. Y., & Zhang, F. F. (2014). Does accounting conservatism improve the corporate information environment?. *Journal of international accounting, Auditing and Taxation*, 23(1), 32-43.
- Ji, X., Lu, W., & Qu, W. (2016). Internal control weakness and accounting conservatism in China. *Managerial Auditing Journal*, 31(6/7), 688-726.
- Jiang, W., Rupley, K. H., & Wu, J. (2010). Internal control deficiencies and the issuance of going concern opinions. *Research in Accounting Regulation*, 22(1), 40-46.
- Jiraporn, P., Miller, G. A., Yoon, S. S., & Kim, Y. S. (2008). Is earnings management opportunistic or beneficial? An agency theory perspective. *International Review of Financial Analysis*, 17(3), 622-634.
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of accounting research*, 193-228.
- Krishnan, J. (2005). Audit committee quality and internal control: An empirical analysis. *The accounting review*, 80(2), 649-675.
- Norma Brasileira de Contabilidade 265 de 27 de Novembro de 2009 - *Comunicação de Deficiências de Controle Interno*. Recuperado em 01 de fevereiro de 2017 [http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC\\_TA\\_AUDITORIA.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC_TA_AUDITORIA.pdf)
- Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: Uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados*. Tese de Doutorado em Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Public Company Accounting Oversight Board de 15 de Novembro de 2007 - PCAOB - *An audit of internal control over financial reporting performed in conjunction with an audit of financial statements*. Recuperado em 01 de fevereiro de 2017 [https://pcaob.us.org/Standards/Auditing/Pages/Auditing\\_Standards\\_2.aspx](https://pcaob.us.org/Standards/Auditing/Pages/Auditing_Standards_2.aspx)
- Teixeira, S. A. (2015). *Efeito Moderador das deficiências do controle interno na relação entre seus determinantes e consequentes*. Tese de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau. Santa Catarina, Brasil.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten year perspective. *Accounting review*, 131-156.
- Zeleny, M. (1982). *Multiple criteria decision making*. New York: McGraw-Hill.
- Zhang, Y., Zhou, J., & Zhou, N. (2007). Audit committee quality, auditor independence, and internal control weaknesses. *Journal of accounting and public policy*, 26(3), 300-327.